

Coleção PENSAMENTO CRÍTICO
vol. 18

PASTA N.º: 52
QTDE. FLS.: 20

PASTA: CDR 10
CÓPIAS: 17
R\$: 2,80 FRENTE
R\$: 2,50 FV

Ficha catalográfica

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ)

A Transição do feudalismo para o Capitalismo / por/
Paul Sweezy / e outros / tradução de Isabel Didonnet.
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

(Pensamento crítico, v. 18)

Do original em inglês: The transition from Feudalism
to Capitalism.

1. Capitalismo - História 2. Economia marxista 3.
História econômica I. Sweezy, Paul II. Série.

CDD - 330.9
330.1594
330.12209
CDU - 338(091)
330.342.14
330.85

77-0591

PASTA: 10
CÓPIAS: 17
R\$: 2,80 FRENTE
R\$: 2,50 FV

EDITORA PAZ E TERRA
Conselho Editorial
Antonio Candido
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso

PAUL SWEEZY • MAURICE DOBB
KOHACHIRO TAKAHASHI • RODNEY HILTON
CHRISTOPHER HILL • GEORGES LEFEBVRE
GIULIANO PROCACCI • ERIC HOBBSBAWM
JOHN MERRINGTON

A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

Parte 3

Tradução de
Isabel Didonnet

4.ª edição



PAZ E TERRA

mas históricos específicos, é importante saber não apenas que se está lidando com feudalismo, mas também com qual membro dessa família.

O interesse básico de Dobb reside certamente no feudalismo da Europa ocidental, pois foi nessa região que o capitalismo nasceu e atingiu a maturidade. Parece-me, portanto, que ele deveria apontar com grande clareza quais são, para ele, as principais características do feudalismo da Europa ocidental, fazendo em seguida uma análise teórica das leis e tendências de um sistema dotado dessas características. Tentarei mostrar mais adiante que, ao não conseguir fazê-lo, Dobb vê-se compelido a muitas generalizações dúbias. Além disso, penso que a mesma razão é responsável pela prática frequente de Dobb invocar apoio factual, extraído de regiões e períodos muito diversos, para argumentos que são aplicados à Europa ocidental e que só podem ser comprovados em termos da experiência desta região.

Com isso não quero afirmar, naturalmente, que Dobb não conheça a fundo o feudalismo da Europa ocidental. A certa altura (p. 36 ss.) traça um esquema conciso de suas características mais importantes: 1) "baixo nível técnico, no qual os instrumentos de produção são simples e em geral baratos, e o ato de produção é em grande parte de caráter individual; a divisão de trabalho ... se encontra em grau de desenvolvimento muito primitivo"; 2) "produção para atender as necessidades imediatas da família ou da comunidade aldeã, e não para um mercado mais amplo"; 3) "agricultura dominial: cultivo das terras do senhor, às vezes em grande escala, mediante trabalho compulsório"; 4) "descentralização política"; 5) "detenção condicional da terra em troca de algum tipo de serviço para o senhor"; 6) "exercício, por parte de um senhor, de funções judiciais ou quase-judiciais em relação à população dependente". Dobb refere-se a um sistema com essas características como sendo a forma "clássica" de feudalismo, mas seria menos ambíguo dizer que se trata de forma típica da Europa ocidental. O fato de que "o modo feudal de produção não se restringia a essa forma clássica" é, aparentemente, o que leva Dobb a não analisar-lhe mais profundamente a estrutura e as tendências. A meu ver, contudo, essa análise é essencial a fim de evitar confusão em nossa tentativa de descobrir as causas do declínio do feudalismo na Europa ocidental.

A teoria do feudalismo europeu ocidental

Partindo da descrição de Dobb, o feudalismo europeu ocidental pode ser definido como um sistema econômico no qual a servidão é a relação de produção predominante, e em que a produção se organiza no interior e ao redor da propriedade senhorial. É importante observar que esta definição não implica "economia natural" ou au-

sência de transações ou cálculos com moedas. O que está implícito é que os mercados na maioria são locais, e que o comércio a longa distância, ainda que não necessariamente ausente, não desempenha papel decisivo nos objetivos ou métodos de produção. A característica básica do feudalismo, neste sentido, é tratar-se de um sistema de produção para uso. As necessidades da comunidade são conhecidas, e a produção é planejada e organizada com vistas à sua satisfação, o que tem consequências muito importantes. Como disse Marx em *O Capital*, "é claro ... que em qualquer formação econômica da sociedade onde predomina não o valor de troca mas o valor de uso do produto, o trabalho excedente será limitado por um certo conjunto de necessidades que poderão ser maiores ou menores, e então a natureza da produção em si não gerará um apetite insaciável de trabalho excedente".³ Em outras palavras, não existirá a pressão que se manifesta no capitalismo para a contínua melhoria dos métodos de produção. Técnicas e formas de organização acomodam-se a rotinas estabelecidas. Onde isto se verifica, como nos ensina o materialismo histórico, existe uma tendência muito acentuada para que toda a vida da sociedade se oriente no sentido dos usos e da tradição.

Não devemos concluir, porém, que tal sistema seja necessariamente estável ou estático. Um elemento de instabilidade é a competição entre os senhores por terras e vassallos, os quais constituem, somados, o fundamento do poder e do prestígio. Esta competição é análoga à que existe pelos lucros sob o capitalismo, mas seus efeitos são bastante diferentes. Gera um estado de guerra mais ou menos constante; a resultante insegurança de vidas e bens, porém, ao invés de revolucionar os métodos de produção, como o faz a competição capitalista, apenas reforça a dependência mútua do senhor e dos vassallos, fortalecendo, portanto, a estrutura básica das relações feudais. Os conflitos armados feudais conturbam, empobrecem e exauram a sociedade, mas não tendem a transformá-la.

Um segundo elemento de instabilidade é encontrado no crescimento populacional. A estrutura da senhoria limita o número de produtores que é capaz de empregar e o número de consumidores que pode sustentar, e o inerente conservadorismo do sistema inibe a expansão generalizada. Isso não significa, é claro, que o crescimento é impossível, mas apenas que ele sempre é inferior ao aumento da população. Os filhos mais moços dos servos são expulsos da estrutura regular da sociedade feudal e vão constituir a população errante - que vive de esmolas ou de banditismo e que fornece a matéria-prima para os exércitos mercenários - tão característica da Idade Média. Essa população excedente, porém, conquanto contribua

3 *Capital*, I, p. 260. Grifo nosso. (Todas as referências a *Capital* baseiam-se na edição Kerr.)

para a instabilidade e insegurança, não exerce nenhuma influência criadora ou revolucionária sobre a sociedade feudal.⁴

Podemos concluir, então, que o feudalismo europeu ocidental, apesar da instabilidade e insegurança crônicas, foi um sistema com forte tendência em favor da manutenção de certos métodos e relações de produção. Creio que se justifica dizer dele o que Marx disse da Índia antes do período de domínio inglês: "Todas as guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fome ... não penetraram além da superfície".⁵ Creio que se Dobb tivesse levado na devida conta esse caráter inerentemente conservador e imobilista do feudalismo europeu ocidental, ele teria sido obrigado a alterar a teoria que apresenta para explicar a desintegração e o declínio da baixa Idade Média.

A teoria de Dobb sobre o declínio do feudalismo

Dobb resume da seguinte maneira a explicação comumente aceita sobre o declínio do feudalismo:

Frequentemente nos defrontamos com o quadro de uma economia mais ou menos estável que foi desintegrada pelo impeto do comércio, o qual atuava como força externa e se desenvolvia fora do sistema, que finalmente derruba. Dão-nos uma interpretação da transição da velha para a nova ordem que encontra as seqüências causais dominantes na esfera da troca entre a economia senhorial e o mundo exterior. "Economia natural" e "economia de troca" são duas ordens econômicas que não podem misturar-se, e a presença desta, dizem-nos, é suficiente para causar a desintegração da primeira (p. 38).

Dobb não nega a "extraordinária importância" deste processo: "É por demais evidente que ele se relaciona com as mudanças que foram tão marcantes no final da Idade Média" (p. 38). Mas considera essa explicação inadequada, pois não vai ao fundo da questão do impacto do comércio sobre o feudalismo. Se examinarmos o problema mais de perto, argumenta ele, verificaremos que "de fato, parece haver evidência igual de que o crescimento da economia *per se* levou a uma intensificação da servidão, como de que ele foi a causa do declínio do feudalismo" (p. 40). Em apoio a esta asserção, cita um volume significativo de dados históricos, desta-

4 Poder-se-ia pensar que o acentuado movimento de colonização e conquista dos séculos XII e XIII contraria esta tese. Creio, porém, que não é assim. O movimento de colonização parece ter sido um reflexo do crescimento do comércio e da produção de mercadorias, e não a manifestação do poder de expansão interna da sociedade feudal. Ver Pirenne, Henri. *Economic and Social History of Medieval Europe*, New York, 1937, cap. 3, seq. ii.

5 Burns, Emile, ed., *A Handbook of marxism*, London, 1935, p. 182.

cando entre eles "o recrudescimento do feudalismo na Europa oriental em fins do séc. XV - aquela "segunda servidão" a que se referiu Engels: a restauração do antigo sistema que era associada ao crescimento da produção para o mercado" (p. 39). Com base nesses dados, Dobb propõe que, se o único fator a influir na Europa ocidental tivesse sido a ascensão do comércio, o resultado tanto poderia ter sido uma intensificação como uma desintegração do feudalismo. E daí conclui que deve ter havido outros fatores que causaram o resultado na verdade observado.

Que fatores foram esses? Dobb acredita que eles podem ser encontrados no interior da própria economia feudal. Concorde em que "as provas não são abundantes nem conclusivas", mas considere que "as já existentes indicam fortemente que foi a ineficiência do feudalismo como sistema de produção, somada às crescentes necessidades de receitas por parte da classe dominante, a responsável principal pelo seu declínio; uma vez que essa necessidade de receitas adicionais provocou um aumento na pressão sobre o produtor até um ponto em que ela se tornou literalmente intolerável" (p. 42). A consequência dessa pressão crescente foi que "afinal provocou a exaustão, ou o real desaparecimento, da força de trabalho de que se nutria o sistema" (p. 43).

Em outras palavras, de acordo com a teoria de Dobb a causa fundamental do colapso do feudalismo foi a superexploração da força de trabalho: os servos desertaram das propriedades senhoriais *en masse*, e os que permaneceram eram muito poucos e demasiadamente sobrecarregados para permitir que o sistema se mantivesse na sua antiga base. Foram esses acontecimentos, mais do que a expansão do comércio, que forçaram a classe dominante feudal a adotar os expedientes - comutação das prestações do serviço, arrendamento de terras dominiais a locatários, etc. - que finalmente levaram à transformação das relações de produção nas regiões rurais.

Uma crítica à teoria de Dobb

Para sustentar sua teoria, Dobb precisa demonstrar que tanto a crescente necessidade de receita por parte da classe dominante feudal como a fuga dos servos da terra podem ser explicadas em termos de forças a operar no interior do sistema feudal. Vejamos como ele tenta fazê-lo.

Primeiro, consideremos a necessidade de novas receitas, por parte dos senhores. Dobb cita vários fatores que ele considera inerentes ao sistema feudal. Os servos eram desprezados e considerados basicamente como uma fonte de renda (p. 43 ss). O tamanho da classe parasita tendeu a expandir-se como resultado do crescimento natural das famílias nobres, subenfusãoção, e multiplicação dos dependentes nobres - que "tinham de ser sustentados com o trabalho excedente da população servil". As guerras e o banditismo "aumen-

tavam as despesas das famílias feudais" e "espalhavam a ruína e a devastação pela terra". Finalmente, "à medida que avançava a ida- de da cavalaria, desenvolviam-se também as extravagâncias das famílias nobres, com suas festas suntuosas e pompas dispendiosas, a competir no culto da *magnificência*" (p. 45).

Dois desses fatores – desprezo pelos interesses dos servos e guerra e banditismo – existiram ao longo de todo o período, e se eles se intensificaram com o passar do tempo tal fato requer uma explicação: não pode simplesmente ser tomado como uma característica natural do feudalismo. Dobb não tenta explicar essa tendência, porém; e mesmo os gastos que ele atribui às cruzadas no período decisivo do desenvolvimento feudal possuem significação dúbia. Afinal, os cruzados combateram no Oriente e naturalmente viveram a maior parte fora de suas terras; as cruzadas foram até certo ponto expedições de pilhagem que trouxeram recompensas materiais para seus patrocinadores e participantes; e, em larga medida, representaram substituições, e não adições, aos conflitos feudais "normais" do período. No todo, parece-me que esses dois fatores fornecem pouco apoio à teoria de Dobb.

Já não se dá o mesmo com os outros dois fatores, a saber, o crescimento numérico da classe parasitária e a crescente extravagância das famílias nobres. Temos então uma *prima facie* da necessidade de maiores receitas. É mais problemático, todavia, se temos também aqui o necessário suporte à teoria de Dobb. O crescimento da classe parasitária era comparável ao da população servil. Além disso, em todo o decorrer da Idade Média houve muita terra arável para ser utilizada: Por isso, apesar de sua natureza extremamente conservadora, o sistema feudal expandiu-se, lenta mas seguramente. Quando consideramos o fato de que a guerra cobrava seus tributos principalmente das classes superiores (pois somente a elas era permitido o porte de armas), podemos muito bem duvidar de que houvesse um crescimento *relativo* importante no número de membros da classe parasitária. Na ausência de qualquer prova factual clara a favor ou contra, não se justifica, certamente, atribuir peso decisivo a este fator.

Por outro lado não há razão para duvidar da realidade da crescente extravagância da classe dominante feudal: as provas aqui são abundantes e apontam todas na mesma direção. Mas essa crescente extravagância era uma tendência passível de explicação pela natureza do sistema feudal, ou reflete algo que ocorria fora do sistema feudal? Parece-me que, em termos gerais, seria de esperar a última hipótese. Mesmo num sistema dinâmico tal como o capitalismo, mudanças espontâneas nos gastos dos consumidores são desprezíveis, e o mesmo se aplicaria *a fortiori* a uma sociedade tradicional-

6 Assim, por exemplo, Schumpeter sente-se justificado em considerar que, no capi-

mente como o feudalismo: Além disso, considerando-se o que se passava fora do sistema feudal, encontramos múltiplas razões para a crescente extravagância da classe dominante feudal: a rápida expansão do comércio a partir do séc. XI punha ao seu alcance uma quantidade de bens cada vez maior e mais variada. Dobb reconhece a existência dessa relação entre o comércio e as necessidades da classe dominante feudal, mas me parece que ele considera essa questão sem o necessário rigor. Se ele tivesse atribuído à mesma o peso merecido, dificilmente afirmaria que a crescente extravagância da classe dominante se devia a causas internas ao sistema feudal.

Voltemo-nos agora para o problema da fuga dos servos da terra. Existem poucas dúvidas de que essa foi uma causa importante da crise da economia feudal que caracterizou o séc. XIV. Dobb supõe que ela se deveu à opressão dos senhores (que se originou, por sua vez, da sua crescente necessidade de receitas) e que pode, portanto, ser explicada como um processo interno ao sistema feudal. Mas terá feito uma defesa convincente dessa suposição?

Creio que não. Os servos não podiam simplesmente desertar das senhorias, a menos que tivessem para onde ir. É verdade que a sociedade feudal, como já o disse anteriormente, tende a gerar um excedente de população errante; essa, porém, é constituída pela escória da sociedade, pelos que não têm lugar nas senhorias, e não é realista supor que um número significativo de servos abandonasse deliberadamente suas propriedades para descer ao fundo da escala social.

Todo esse problema, porém, assume um aspecto inteiramente novo – ao qual, o que é surpreendente, Dobb presta pouca atenção – quando lembramos que a fuga dos servos ocorreu simultaneamente com o crescimento das cidades, especialmente nos séculos XII e XIII. Não há dúvida de que as cidades em rápido crescimento – a oferecerem, como o faziam, liberdade de emprego e melhoria de posição social – agiram como potentes inãs para a população rural oprimida. E os próprios burgueses, necessitando de maiores contingentes de mão-de-obra e de mais soldados para fortalecer seu poderio militar, tudo fizeram para facilitar a evasão dos servos à jurisdição de seus amos. Marx comentou numa carta a Engels: "Frequen-

talismo, a iniciativa dos "consumidores" em mudar seus gostos... é desprezível, e que toda mudança nos gostos dos consumidores é incidental e provocada pela ação dos produtores. *Business cycles*, New York, 1939, I, p. 73. É desnecessário indicar que esta suposição está de pleno acordo com a teoria marxista da primazia da produção sobre o consumo.

7 Deve-se ressaltar que é uma suposição, e não um fato estabelecido. Rodney Hilton, estudante da história econômica medieval, ao qual Dobb agradece no Prefácio, declara numa resenha que "não há provas estatísticas convincentes a garantir que um número apreciável de camponeses abandonou suas propriedades pela razão indicada [*i.e.* condições intoleráveis de opressão]". *Modern quarterly*, II, Summer, 1947, p. 268.

temente há algo de patético na maneira como os burgueses do séc. XII aliciam os camponeses, para escapar para as cidades".⁸ Nesse contexto, o movimento de fuga da terra, que de outro modo parecia incompreensível, aparece como a consequência natural do desenvolvimento das cidades. Sem dúvida, a opressão de que fala Dobb foi um fator importante a predispor os servos à fuga, mas por si mesma dificilmente teria originado uma emigração de grandes proporções.⁹

A teoria de Dobb sobre as causas internas do colapso do feudalismo ainda poderia ser salva se fosse possível comprovar que a ascensão das cidades foi um processo interno ao sistema feudal. Mas, se bem entendi, Dobb não o afirmou. Ele toma uma posição eclética sobre a questão da *origem* das cidades medievais, mas reconhece que seu *crescimento* em geral guardava proporção com sua importância como centros de comércio. O comércio não pode de maneira alguma ser considerado uma forma de economia feudal; segue-se daí que Dobb dificilmente poderia sustentar que o desenvolvimento da vida urbana foi consequência de causas feudais internas.

Resumindo as críticas da teoria de Dobb sobre o declínio do feudalismo: não tendo analisado as leis e tendências do feudalismo europeu ocidental, engana-se ao tomar como tendências iminentes certos desenvolvimentos históricos que de fato só podem ser explicados como produto de causas externas ao sistema.

Outros comentários sobre a teoria do declínio do feudalismo

Apesar de por vários motivos considerar inaceitável a teoria de Dobb sobre o declínio do feudalismo, penso que ela trouxe uma importante contribuição para a solução do problema. A maior parte de suas críticas específicas às teorias tradicionais é bem apresentada; é evidente que nenhuma teoria que deixe de considerar os fatores ressaltados por Dobb — especialmente a crescente extravagância da classe dominante e a fuga dos servos da terra — pode ser considerada correta. Portanto, as seguintes observações e sugestões devem muito a Dobb, mesmo quando se afastam de seus pontos de vista.

Parece-me que Dobb não conseguiu abalar aquela parte da

8 *Selected correspondence*, p. 74.

9 Como defenderei mais adiante, foi a relativa ausência de vida urbana na Europa oriental que deixou o seu campesinato à mercê dos senhores e provocou a recrudescência da servidão naquela região no séc. XV. Dobb, lembremos, citou esta "segunda servidão" na Europa oriental como prova de que o comércio não tende necessariamente a suscitar a desintegração da economia feudal. Podemos perceber agora que o problema, na realidade, é muito mais complexo. Próximo aos centros de comércio, o efeito sobre a economia feudal é fortemente desintegrador; distante, tende a ser justamente o oposto. Esta é uma questão importante à qual retornaremos.

teoria comumente aceita que sustenta ser o crescimento do comércio a causa principal do declínio do feudalismo. Ele mostrou, porém, que o impacto do comércio sobre o sistema feudal foi mais complicado do que em geral se imagina: é demasiado simplista a idéia de que o comércio e "economia monetária" são a mesma coisa, e que esta é um solvente natural das relações feudais. Tentemos aprofundar nosso estudo da relação entre o comércio e a economia feudal.¹⁰

Parece-me que o principal conflito, nesse caso, não é entre "economia monetária" e "economia natural", mas entre produção para o mercado e produção para uso. Precisamos descobrir o processo pelo qual o comércio engendrou um *sistema* de produção para o mercado, para depois comprovar o impacto desse sistema sobre o sistema feudal preexistente de produção para uso.

Qualquer economia que não seja a mais primitiva requer certo grau de comercialização. Assim, os mercados aldeões locais e os bufarinheiros da Idade Média na Europa serviram antes de esteios que de empecilhos à ordem feudal: satisfizeram necessidades básicas sem que, pelo montante, pudessem afetar a estrutura das relações econômicas. Quando o comércio começou a expandir-se no séc. X (ou talvez mesmo antes), foi na esfera das trocas a longa distância, ao contrário das puramente locais, de bens relativamente caros, que se puderam compensar os custos de transporte, então muito elevados. Enquanto essa expansão do comércio se restringiu às formas do que se poderia chamar de vendas ambulantes, seus efeitos permaneceram necessariamente insignificantes. Quando, porém, ultrapassou esse estágio e começou a implicar o estabelecimento de centros de comércio e entrepostos locais um fator qualitativamente novo surgiu, pois esses centros, ainda que baseados no comércio a longa distância, tornaram-se inevitavelmente geradores de produção de mercadorias, por si próprios. Tinham de ser abastecidos a partir das regiões rurais circunvizinhas; e seu artesanato, que era a concretização de uma forma de especialização e de divisão de trabalho superior ao que a economia senhorial jamais conhecera, não apenas fornecia os bens de que necessitava a própria população urbana, como ainda fornecia os que a população rural podia comprar.

10 Observe-se que o problema do crescimento do comércio na Idade Média é, em princípio, distinto do problema do declínio do feudalismo. Aceitando-se o fato de que o comércio aumentou, *Josse qual fosse a razão*, o feudalismo tenderia a ser influenciado por isso, de alguma maneira. Não temos suficiente espaço para discutir as razões para o crescimento do comércio; direi apenas que considero bastante convincente a teoria de Pirenne — a qual enfatiza a reabertura da navegação no Mediterrâneo em ambos os sentidos, em relação aos portos ocidentais, no séc. XI, e a abertura, pelos escandinavos, de rotas comerciais desde o mar do Norte e o Báltico pela Rússia até o mar Negro, a partir do séc. X. É evidente, porém, não ser preciso aceitar a teoria de Pirenne para concordar que o crescimento do comércio foi o fator decisivo para o declínio do feudalismo da Europa ocidental.

com o produto das vendas no mercado da cidade. À medida que se expandia esse processo, as transações dos comerciantes a longa distância – que tinham constituído a semente de que se originaram os centros comerciais – perderam sua importância singular e provavelmente na maioria dos casos passaram a ocupar um lugar secundário nas economias urbanas.

Vemos, assim, como a troca a longa distância pôde ser uma força criativa, suscitando um *sistema* de produção para troca paralelo ao antigo sistema feudal de produção para uso. "Uma vez justapostos, esses dois sistemas naturalmente começaram a se influenciar mutuamente. Examinemos algumas das correntes de influência que passaram da economia de troca para a de uso.

Em primeiro lugar, e este é talvez o aspecto mais importante, a ineficiência da organização senhorial da produção – a qual com certeza passara despercebida enquanto não tivera rival – revelava-se agora claramente, por contraste com um sistema mais racional de especialização e de divisão do trabalho. Os bens manufaturados podiam ser comprados mais baratos do que se fossem feitos em casa, e essa pressão para comprar gerou uma pressão para vender. Juntas, essas pressões exerceram poderosa influência no sentido de trazer as propriedades feudais para a órbita da economia de troca. "De que serviam agora", pergunta Pirenne, "as oficinas domésticas, que, em toda a senhoria importante, costumavam manter grande número de servos a fim de produzirem tecidos ou instrumentos agrícolas, muito inferiores aos que agora eram feitos pelos artesãos da cidade mais próxima? Em quase toda parte elas foram deixando de existir, no decurso do séc. XII."¹¹

Em segundo lugar, a mera existência do valor de troca como um fato econômico de vulto tende a transformar a atitude dos produtores. Agora era possível procurar a riqueza, não sob a forma absurda de um acúmulo de bens perecíveis, mas sob a forma muito conveniente e portátil de dinheiro ou ordens de pagamentos. A posse da riqueza logo se tornou um fim em si mesmo na economia de troca, e essa transformação psicológica afetou não apenas aqueles imediatamente envolvidos mas (ainda que em grau menor, sem dúvida) também os que entravam em contato com a economia de troca. Consequentemente, não apenas mercadores e comerciantes mas também membros da antiga sociedade feudal adquiriram o que hoje se chamaria de atitude de homens de negócio em relação a as-

11 A este respeito, é importante reconhecer que o contraste entre as duas formas de economia não é absolutamente idêntico ao existente entre a cidade e o campo. Tanto a produção rural como a urbana, para o mercado, estão incluídas na economia de troca; portanto, a relativa importância das duas formas de economia nunca poderá ser avaliada por um simples índice como a proporção entre a população urbana e a rural.

12 Pirenne, op. cit., p. 82.

suntos econômicos. Uma vez que homens de negócio *sempre* precisavam de maiores receitas, encontramos aqui parte da explicação da crescente necessidade de receitas por parte da classe dominante, à qual, como vimos, Dobb atribui tanta importância na explicação do declínio do feudalismo.

Em terceiro lugar, e também importante nesse contexto, temos a evolução dos gostos da classe feudal dominante. Pirenne descreve o processo nestes termos:

Por onde quer que o comércio se estendesse, criava o desejo pelos novos artigos de consumo que trazia consigo. Como sempre acontece, a aristocracia queria cercar-se do luxo, ou pelo menos do conforto correspondente à sua posição social. Verificamos de imediato, por exemplo, ao compararmos a vida de um cavaleiro do séc. XI com um do séc. XII, como as despesas referentes a alimentação, vestuário, mobiliário e, acima de tudo, armamentos, aumentaram entre esses dois períodos.¹³

Aqui se encontra, provavelmente, a chave para a crescente necessidade de maiores receitas experimentada pela classe feudal dominante na baixa Idade Média.

Finalmente, o desenvolvimento das cidades, que eram os centros e os geradores da economia de troca, abriu para a população servil do campo a perspectiva de uma vida melhor e mais livre. Essa foi, sem dúvida, a causa principal daquela fuga da terra que Dobb considera acertadamente como um dos fatores decisivos do declínio do feudalismo.

Certamente a ascensão da economia de troca teve outros efeitos sobre a velha ordem, mas considero que os quatro mencionados foram suficientemente universais e poderosos para assegurar o colapso do *sistema* de produção existente. A maior eficiência de uma produção mais altamente especializada, os lucros maiores derivados da produção para o mercado ao invés de para o uso imediato, a maior atração da vida urbana para o trabalhador, esses fatores fizeram com que fosse apenas uma questão de tempo a vitória do novo sistema, assim que ele se tornou bastante forte para se manter sozinho.

Hoje, o triunfo da economia de troca não implicou necessariamente o fim da servidão ou da agricultura dominial. Essa economia é compatível com a escravidão, a servidão, o serviço do trabalhador independente autônomo ou o trabalho assalariado. A história é rica de exemplos de produção para o mercado mediante todas essas modalidades de trabalho. Dobb, portanto, está certíssimo

ao rejeitar a teoria de que a ascensão do comércio automaticamente traz consigo o fim da servidão; e se a servidão se identifica com o feudalismo, o que é verdadeiro *ex definitione*, o fim do feudalismo também. O fato de que o avanço da economia de troca na verdade se deu paralelamente ao declínio da servidão é algo que precisa ser explicado, não pode ser aceito sem discussão.

Ao analisar este problema podemos, creio eu, deixar de lado o caráter desigual do declínio da servidão na Europa ocidental. Dobb ressalta que, por um certo tempo, em algumas regiões da Europa ocidental o progresso do comércio se fez acompanhar por uma intensificação, mais do que por um relaxamento, do jogo da servidão. Isto é verdadeiro e importante, sem dúvida; Dobb prossegue esclarecendo certo número de aparentes paradoxos. Essas inversões temporárias e parciais da tendência não devem, porém, obscurecer o quadro geral de uma contínua substituição da agricultura domínial que usava trabalho servil, pela agricultura do arrendatário, que usava o trabalho de camponeses independentes ou (em escala muito menor) de trabalhadores assalariados. O problema real é dar conta desta tendência subjacente.

Parece-me que, do complexo de causas em ação, duas se destacam como de importância vital. Em primeiro lugar, a ascensão das cidades, mais ou menos generalizada por toda a Europa ocidental, significou muito mais do que apenas um porto de salvação para os servos fugidos das senhorias; ela também modificou a posição dos que se tinham deixado ficar. É provável que apenas uma proporção relativamente pequena do número total de servos tenha efetivamente se transferido para as cidades, mas o fizeram em número suficiente para que a pressão dos melhores padrões de vida das cidades fosse sentida no campo. Da mesma forma como aumentam os salários numa área de baixa remuneração quando os trabalhadores têm a possibilidade de se mudar para outra de pagamentos mais altos, era preciso fazer concessões aos servos quando eles contavam com a possibilidade de se transferirem para as cidades. Essas concessões tinham de se inclinar no sentido de maior liberdade, e da transformação das obrigações feudais em rendas em dinheiro.

Em segundo lugar, embora a senhoria, como se dava em muitos casos, pudesse ser adaptada para a produção para o mercado, era basicamente ineficiente e imprópria para essa finalidade. As técnicas eram primitivas, e precária a divisão do trabalho. Do ponto de vista administrativo, a senhoria era canhestra: não havia separação nítida entre produção e consumo, de maneira que era quase impossível avaliar o custo dos produtos. Além disso, tudo na senhoria se regulava pelo costume e pela tradição, o que se aplicava não apenas aos métodos de cultivo mas também à quantidade de trabalho despendido e sua divisão entre o trabalho necessário e o excedente:

o servo tinha deveres, mas também tinha direitos. Essa massa de normas e regras consuetudinárias constituíam outros tantos obstáculos à exploração racional dos recursos humanos e materiais para lucro pecuniário.¹⁴ Mais cedo ou mais tarde teriam de ser encontrados novos tipos de relação produtiva e novas formas de organização, a fim de atender as exigências de uma ordem econômica diferente.

Será que este raciocínio é refutado pela "segunda servidão" do séc. XVI e períodos posteriores na Europa oriental, que merece de Dobb tanta ênfase? Como foi que, nesse caso, o aumento das oportunidades de comércio levaram a uma intensificação impressionante e duradoura das cadeias da servidão?

A resposta a essas questões, segundo penso, se encontra na geografia da segunda servidão, no fato de que o fenômeno se acentua e agrava à medida que nos afastamos para leste do centro da nova economia de troca.¹⁵ No centro, onde a vida urbana é mais desenvolvida, o trabalhador rural conta com uma alternativa para sua permanência no campo, o que lhe dá, por assim dizer, alto poder de barganha. Quando a classe dominante se volta para a produção para o mercado, com vistas ao lucro pecuniário, vê que se tornou necessário lançar mão de novas formas de exploração mais flexíveis, relativamente progressistas. Na periferia da economia de troca, por outro lado, a posição relativa do terratenente e do trabalhador agrícola é muito diferente. O camponês não pode fugir porque não tem para onde ir: para todos os fins práticos, está a mercê do senhor que, além do mais, nunca esteve exposto à civilizadora proximidade da vida urbana. Quando a expansão do comércio ins-

14 Dobb parece desprezar freqüentemente esse aspecto do feudalismo, e admitir que apenas o camponês teve algo a ganhar com a abolição da servidão. Ele se inclina a esquecer que "a emancipação dos camponeses em realidade era a emancipação dos proprietários de terras que, tendo daí em diante de lidar com homens livres que não eram fixados às suas terras, podiam deles dispor mediante simples contratos revogáveis, cuja breve vigência permitia que eles os modificassem de acordo com o crescente aluguel da terra". Pirenne, *A History of Europe from the Invasions to the XVI century*, New York, 1939, p. 533.

15 Pirenne oferece a seguinte descrição pitoresca: "A oeste do Elba a mudança não teve consequências especiais, além da recrudescência das corvêias, prestações de serviços e medidas arbitrárias de todo tipo. Além do rio, porém, em Brandemburgo, na Prússia, Silésia, Áustria, Boêmia e Hungria, tirou-se dela a mais desapiedada vantagem. Os descendentes dos colonistas livres do séc. XIII foram sistematicamente despojados de suas terras e reduzidos à posição de servos pessoais (*Leibeigene*). A integral exploração das propriedades absorveu suas terras e reduziu-os a uma condição servil que se aproximava tanto da escravidão que era permissível vender a pessoa do servo independentemente do solo. Desde meados do séc. XVI toda a região a leste do Elba e das montanhas do Sudeste cobriram-se de *Rittergüter* explorados por *Junkers* comparáveis aos fazendeiros das Índias Ocidentais quanto ao grau de humanidade com que tratavam seus escravos brancos." Idem, p. 534.

tila a sede do lucro numa classe dominante nessa posição, o resultado não é o aparecimento de novas formas de exploração, mas a intensificação das formas antigas. Marx, na seguinte passagem, vai à raiz do problema (apesar de não estar considerando especificamente a segunda servidão na Europa oriental):

Assim que as pessoas que ainda produzem segundo as modalidades inferiores de trabalho escravo, corvéia, etc., se vêm arrastadas pelo redemoinho de um mercado internacional dominado pelo modo de produção capitalista cujo principal interesse é a venda de seus produtos para exportação, os horrores civilizados do sobretrabalho se enxertam nos horrores bárbaros da escravidão, servidão, etc.¹⁶

A teoria de Dobb sustenta que o declínio do feudalismo europeu ocidental se deveu à superexploração da força de trabalho da sociedade pela classe dominante. Se a argumentação que sustentamos neste capítulo for correta, parece-me que seria mais certo dizer que o declínio do feudalismo europeu ocidental decorreu da incapacidade da classe dominante para manter o controle sobre a força de trabalho da sociedade e, em decorrência, para superexplorá-la.

O que se seguiu ao feudalismo na Europa Ocidental?

Segundo a cronologia de Dobb – que provavelmente ninguém porá em dúvida – o feudalismo europeu ocidental entrou num período de crise aguda no séc. XIV e daí por diante se desintegrou, com maior ou menor rapidez em diferentes regiões. Por outro lado, só podemos falar do começo do período capitalista na segunda metade do séc. XVI, ou mais tarde. Disso decorre a seguinte questão: “como vamos falar do sistema econômico do período intermediário entre a desintegração do feudalismo e o final do séc. XVI, período que, de acordo com os nossos dados, parece não ter sido nem feudal nem ainda capitalista quanto ao modo de produção?” (p. 19). Trata-se de um problema importante, e devemos ser gratos a Dobb por suscitarlo de maneira tão clara.

A resposta de Dobb à própria pergunta é hesitante e indecisa (p. 19-21). É verdade que o modo feudal de produção “alcançara avançado estágio de desintegração”; “uma burguesia mercantil ascendera à riqueza e influência”; “no artesanato urbano e na ascensão de prósperos e semiprósperos proprietários de bens livres podemos ver um modo de produção que se tornara independente do feudalismo”; “a maioria dos pequenos arrendatários... pagava renda em dinheiro”; e “as propriedades eram em geral exploradas mediante trabalho assalariado”. Todavia, Dobb introduz ressalvas a

quase todas essas afirmações e termina por dizer que “as relações sociais no campo entre produtores e seus senhores e padrões conservavam muito do seu caráter medieval, e pelo menos grande parte do aspecto formal da ordem feudal permaneceu”. Em outras palavras, a resposta de Dobb, segundo me parece, é que o período continuava feudal.

Esta resposta, porém, não é muito satisfatória. Se o período deve ser considerado feudal, mesmo do ponto de vista da definição abrangente de Dobb, então pelo menos deveria caracterizar-se pela ainda vigente predominância da servidão no campo. Tudo indica, porém, que este foi precisamente o período em que a servidão declinou até atingir proporções relativamente pequenas em toda a Europa ocidental.

Na Inglaterra – escreveu Marx – a servidão praticamente desaparecera na segunda parte do séc. XIV. A imensa maioria da população consistia então, e mais ainda no séc. XV, de proprietários camponeses livres, qualquer que fosse o título feudal sob o qual se escondia seu direito à propriedade.¹⁷

Parece que Marx tinha reservas a respeito da expansão dessa situação no continente, mas antes do fim da vida já as tinha abandonado. No final de 1882, três meses antes da morte de Marx, Engels escreveu um trabalho sobre o *Mark*, o antigo sistema agrário alemão. Enviou o texto a Marx, comentando que “o ponto a respeito do quase total desaparecimento (*Zurücktreten*) da servidão – legalmente ou de fato – nos séculos XIII e XIV é para mim o mais importante, pois antigamente expressaste uma opinião contrária a este respeito”.¹⁸ Dois dias depois Marx respondeu: “Devolve-te o manuscrito: muito bom.”¹⁹ Ao que replicou Engels: “Fico satisfeito porque na história da servidão estamos de ‘comum acordo’, como se diz nos negócios”.²⁰

Essas passagens mostram que, na abalizada opinião de Marx e Engels, no séc. XV a substância das formas feudais se esvaíra na maior parte, e que a servidão deixara de ser a relação de produção dominante em toda a Europa ocidental. Nada há nas provas citadas por Dobb que me convença da justificativa de reverter este pensamento.

Dobb poderia responder que ele não discorda, que ele aceita o desaparecimento substancial da servidão, e que sua caracterização

17 *Ibid.*, I, p. 788.

18 *Selected correspondence*, p. 408.

19 *Briefwechsel*, Marx-Engels-Lenin Institute ed., IV, p. 694. Esta carta não está incluída na *Selected correspondence*.

20 *Selected correspondence*, p. 411.

desse período como essencialmente feudal se baseia no fato de que o camponês se encontra ainda coagido em seus movimentos e dependente de seu terratenente de muitas maneiras. O que ele diz (p. 65-66) poderia, penso eu, ser assim interpretado; e Christopher Hill, que se encontra em boa posição para conhecer o pensamento de Dobb, apoia esta interpretação. Segundo Hill:

A definição dada por Dobb ao feudalismo permite-lhe tornar claro o que era a Inglaterra rural nos séculos XV e XVI. Ele rejeita a posição que identifica o feudalismo com prestações de trabalho e atribui significado essencial à abolição da servidão na Inglaterra. Dobb mostra que os camponeses que pagavam renda em dinheiro (a esmagadora maioria do campesinato inglês do séc. XVI) podiam depender de numerosas outras maneiras do terratenente sob o qual viviam... As relações capitalistas na agricultura vinham expandindo-se na Inglaterra do séc. XVI, mas na maior parte do país a relação dominante de exploração era ainda feudal... O importante não é a *forma legal* da relação entre senhor e camponês, mas o conteúdo econômico dessa relação.²¹

Parece-me que alargar o conceito de feudalismo dessa maneira é privá-lo da exatidão essencial à sua aplicabilidade científica. Se o fato de os arrendatários serem explorados pelos terratenentes e deles dependerem "de numerosas outras maneiras" constitui a marca do feudalismo, teríamos de concluir, por exemplo, que certas regiões dos Estados Unidos são feudais na atualidade. Tal descrição pode justificar-se para finalidades jornalísticas; mas se partirmos daí para concluir que o sistema econômico sob o qual vivem hoje essas regiões dos Estados Unidos é essencialmente idêntico ao do sistema econômico da Europa na Idade Média, estaremos a um passo de séria confusão. Creio que o mesmo se passa, ainda que, naturalmente, em grau muito menor, se atribuirmos identidade fundamental entre o sistema econômico da Inglaterra no séc. XVI e o da Inglaterra do séc. XIII. Ora, atribuir-lhes o mesmo nome, ou abster-se de dar-lhes nomes diferentes, será inevitavelmente suscitar tal hipótese.

Como, então, caracterizar o período entre o fim do feudalismo e o começo do capitalismo? Penso que Dobb está no bom caminho quando diz que "os duzentos e poucos anos que separam Edward III de Elizabeth tiveram certamente um caráter de transição" e que é "verdade e de grande importância para a perfeita compreensão dessa transição que o modo feudal de produção já alcançara avançado estágio de desintegração antes do desenvolvimento do modo capitalista de produção, e que essa desintegração não se associou

intimamente ao crescimento do novo modo de produção, no interior do antigo" (p. 20). Isso me parece inteiramente correto, e acredito que se Dobb tivesse prosseguido nesse raciocínio teria chegado a uma solução satisfatória do problema.

Em geral se pensa na transição de um sistema social para outro como um processo no qual os dois se confrontam diretamente e lutam por uma supremacia. Esse processo, naturalmente, não exclui a possibilidade de formas transitórias, as quais, porém, seriam consideradas combinações dos elementos dos dois sistemas que disputam a primazia. É óbvio, por exemplo, que a transição do capitalismo para o socialismo vem seguindo essa linha, o que sem dúvida facilita imaginarmos que outras transições possam ter sido similares. No que tange à transição do feudalismo para o capitalismo, todavia, este é um erro grave. Como a anterior declaração de Dobb enfatiza, o feudalismo na Europa ocidental já estava moribundo, senão realmente morto, antes do nascimento do capitalismo. Segue-se que o período intermediário não foi uma simples mistura de feudalismo e capitalismo: os elementos predominantes não eram *nem* feudais *nem* capitalistas.

Não é este o lugar para uma discussão pormenorizada sobre terminologia. Chamarei o sistema que prevaleceu na Europa ocidental durante os séculos XV e XVI simplesmente de "produção pré-capitalista de mercadorias" para significar que foi o crescimento da produção de mercadorias o que primeiro solapou o feudalismo e que, *um pouco mais tarde*, depois desse trabalho de destruição se encontrar praticamente concluído, preparou o terreno para o desenvolvimento do capitalismo.²² A transição do feudalismo para o capitalismo não é, portanto, um único processo ininterrupto – como a transição do capitalismo para o socialismo – mas constitui-se de duas fases bem distintas que apresentam problemas radicalmente diferentes e exigem análise separada.

²² Não é necessário especificar que o período não é feudal ou é pós-feudal, pois a produção de mercadorias e o feudalismo são conceitos que se excluem mutuamente. Por outro lado, o capitalismo é em si uma forma de produção de mercadorias, e por esta razão deve ser feita explicitamente a classificação de "pré-capitalista". Poderia argumentar-se que o melhor nome para o sistema seria "simples produção de mercadorias", pois este é um conceito bem firmado na teoria marxista. Parece-me, todavia, que empregar esta expressão poderia levar a uma confusão desnecessária. Simples produção de mercadorias em geral se define como um sistema de produtores independentes que possuem os próprios meios de produção e atendem suas necessidades mediante troca mútua. Esta construção teórica é útil por várias razões: por exemplo, permite-nos apresentar o problema do valor de troca em sua forma mais simples; serve também para esclarecer a natureza das classes e suas relações com os meios de produção. Na produção pré-capitalista, de mercadoria, porém, o meio de produção mais importante – a terra – era em grande parte propriedade de uma classe de não-produtores, fato suficiente para diferenciar nitidamente o sistema do conceito usual de simples produção de mercadorias.

²¹ *The Modern Quarterly*, II, Summer, 1947, p. 269.

Poderia imaginar-se que esta maneira de caracterizar a transição do feudalismo para o capitalismo entra em conflito com a visão marxista tradicional. Creio não ser assim: tudo o que faz é explicitar certos pontos implícitos nessa visão. Escreveu Marx:

Embora deparemos com os primeiros começos da produção capitalista já nos séculos XIV ou XV, esporadicamente, em certas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista data do séc. XVI. Onde quer que apareça, a abolição da servidão já se processara havia tempo, e as cidades soberanas — o ápice do desenvolvimento da Idade Média — havia muito tinham entrado em declínio.

E ainda:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e a sua circulação intensificam-se, o comércio, constituem os *requisitos históricos* de seu aparecimento. O comércio mundial e o mercado mundial inauguram, no séc. XVI, a história moderna do capital.²³

Tais afirmativas, creio eu, são, de maneira inequívoca, uma opinião sobre a transição do feudalismo para o capitalismo nos moldes da que eu proponho.²⁴

Devemos ter o cuidado de não levar longe demais esta linha de raciocínio. Em particular, parece-me que seria exagerado classificar a produção pré-capitalista de mercadorias como um sistema social *sui generis*, equivalente ao feudalismo, capitalismo e socialismo. Não havia uma relação de produção realmente predominante para caracterizar o sistema como um todo. Havia ainda fortes vestígios de servidão e começos bem definidos de trabalho assalariado, mas as formas de relação de trabalho mais comuns do ponto de vista es-

23 *Capital*, I, p. 787 e 163. Traduza novamente para o inglês esta passagem. A tradução de Moore e Aveling é imprecisa e omite a ênfase que aparece no original. 24 Naturalmente, selecionei estas citações de Marx por sua concisão e clareza. Mas é claro que citações isoladas não podem provar nem refutar a questão. O leitor que desejar chegar à sua própria conclusão a respeito da posição de Marx a respeito da transição do feudalismo para o capitalismo terá de estudar cuidadosamente ao menos as seguintes partes do *Capital*: I, parte viii, e III, cap. 20 e 47. Sob alguns aspectos, os manuscritos recentemente publicados que Marx escreveu durante o inverno de 1857-1858 em preparação para *Critique of Political Economy* são ainda de maior valor para esclarecer suas idéias a respeito da natureza da transição do feudalismo para o capitalismo: ver *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf)*, Marx-Engels-Lenin Institute, Moscow, 1939, especialmente a seção intitulada "Formen der kapitalistischen Produktion vorzugehen", a partir de I, p. 375. O exame aprofundado desta fonte, todavia, exigiria um longo artigo; posso apenas dizer aqui que minha própria interpretação de Marx, já inteiramente definida antes de ter acesso aos *Grundrisse*, confirmou-se graças a esse novo material.

tatístico eram bastante instáveis e incapazes de fornecer as bases de uma ordem social viável. Isso se aplica especialmente à relação entre terratenentes e arrendatários que trabalhavam e pagavam uma renda em dinheiro ("a esmagadora maioria do campesinato inglês do séc. XVI", segundo Christopher Hill). Marx analisou cuidadosamente essa relação num capítulo chamado "A Gênese do Foro Capitalista", e insistiu que a mesma só poderia ser vista como uma forma transitória:

A transformação de renda em espécie para renda em dinheiro, que se efetuou primeiro esporadicamente e depois em escala mais ou menos nacional, exige um considerável desenvolvimento do comércio, de indústrias urbanas, da produção de mercadorias em geral e, com isso, da circulação do dinheiro... a renda em dinheiro, como forma convertida de renda em espécie, e antagonista a ela, é a última modalidade e ao mesmo tempo a modalidade de dissolução do tipo de renda do solo que consideramos até agora, a saber, a renda do solo como a forma normal de mais-valia e de trabalho excedente não remunerado que vai para o proprietário dos meios de produção... Em seu desenvolvimento ulterior, a renda em dinheiro deve conduzir... à transformação da terra ou em propriedade camponesa independente, ou, na forma correspondente ao modo de produção capitalista, em renda paga pelo arrendatário capitalista.²⁵

Além disso, não é este o único tipo de relação instável na economia pré-capitalista de produção de mercadorias. Dobb mostrou numa seção muito esclarecedora do seu capítulo sobre o crescimento do proletariado: "quão instável pode ser uma economia de pequenos produtores em face dos efeitos desintegradores da produção para o mercado, especialmente para um mercado distante, a menos que ele goze de algumas vantagens especiais que o reforce, ou que sejam tomadas medidas especiais que venham proteger seus membros mais pobres e mais fracos" (p. 254).

Estamos certos, penso eu, em concluir que, se bem a produção pré-capitalista de mercadorias não fosse nem feudal nem capitalista, tampouco era um sistema autônomo viável. Era bastante forte para minar e desintegrar o feudalismo, mas fraco demais para desenvolver uma estrutura independente própria: tudo o que poderia realizar de positivo era preparar o terreno para o avanço vitorioso do capitalismo nos séculos XVII e XVIII.

25 *Capital*, III, cap. 47, p. 926 ss. Foram feitas algumas modificações na tradução de Untermann para o inglês.

Algumas observações sobre a ascensão do capitalismo

De modo geral, concordo plenamente com a análise feita por Dobb sobre a ascensão do capitalismo. Parece-me que seu tratamento deste problema é excepcionalmente preciso e elucidativo: eu estaria inclinado a classificá-lo como o ponto alto de todo o volume. Mas duas de suas teses, claramente consideradas importantes pelo próprio Dobb, parecem requerer um exame crítico. A primeira refere-se à origem do capitalismo industrial no sentido amplo do termo, a segunda ao processo da acumulação original.²⁶

Dobb cita o capítulo de Marx sobre o "Capital Mercantil" (III, cap. 20) em apoio à sua opinião de que o capital industrial se desenvolve por duas maneiras principais. É esta a passagem-chave de Dobb:

Na primeira — "a via realmente revolucionária" — uma parte dos próprios produtores acumulou capital e dedicou-se ao comércio, e com o tempo começou a organizar a produção numa base capitalista livre das restrições artesanais das guildas. Na segunda, uma parte da classe mercantil existente começou a "apossar-se diretamente da produção", portanto "servindo historicamente como modo de transição", mas tornando-se eventualmente "um obstáculo para um real modo de produção capitalista, e declinando com o desenvolvimento do mesmo".²⁷

Dobb enfatiza o primeiro desses meios. Na pág. 128 ele escreve:

Enquanto o crescente interesse demonstrado por setores do capital mercantil pelo controle da produção — em desenvolvimento o que se pode chamar de um sistema deliberadamente planejado para "explorar mediante o comércio" — preparava o caminho para este resultado [*i.e.*, a sujeição da produção ao genuíno controle capitalista], e em alguns casos talvez o tenha conseguido, esse estágio final parece em geral, como Marx observou, ter-se associado à ascensão, vindo das fileiras dos próprios produtores, de um elemento capitalista, meio-manufatureiro, meio-mercador, que começou a subordinar e organizar os próprios membros da classe de onde tão recentemente emergira. (p. 128)

²⁶ Dobb segue a tradução de Moore e Aveling ao falar de acumulação "primitiva". Isso pode induzir a erro, todavia, pois o que importa não é que o processo seja primitivo, no sentido usual do termo (ainda que o possa ser, e geralmente o seja) mas que não seja precedido por atos anteriores de acumulação. Portanto, "original" ou "primária" é uma tradução melhor de *ursprünglich*, neste contexto.

²⁷ Dobb, p. 123. As citações são de *Capital*, III, p. 393ss.

E ainda:

O início do séc. XVII testemunhou o começo de importante alteração no centro de gravidade: a crescente predominância de uma classe de mercadores-empregadores oriundos das fileiras dos próprios artesãos em relação à *yeomanry*, classe intermediária, das grandes companhias — processo que Marx descreveu como a "a via realmente revolucionária" (p. 134).

Mais adiante, depois de demorada análise do fracasso da produção capitalista em certas áreas do continente, apesar de seus compromissos, Dobb afirma:

À luz de um estudo comparativo do desenvolvimento capitalista, começa a ganhar importância central a afirmação de Marx de que neste estágio a ascensão de uma classe de capitalistas industriais das fileiras dos próprios produtores é uma condição de qualquer transformação revolucionária da produção. (p. 161)

É digno de nota, porém, o fato de Dobb admitir que "os detalhes deste processo estão longe de ser claros, existindo poucas provas diretas" (p. 134). De fato, existem tão poucas provas, mesmo indiretas, que um crítico se viu levado a observar que "teria sido conveniente encontrar maiores provas para esta opinião, vinda de Marx, de que a transformação realmente revolucionária da produção e a ruptura do controle do capital mercantil sobre a produção foi realizada por homens provenientes das fileiras dos antigos artesãos".²⁸

Penso, todavia, que a verdadeira dificuldade não reside tanto na falta de provas (por minha parte, duvido da existência de qualquer dessas provas), como na má leitura de Marx. Reproduzamos toda a passagem em que Marx fala da "via realmente revolucionária".

A transição do modo feudal de produção se dá por duas vias. O produtor torna-se um mercador e capitalista, em oposição à economia agrícola natural e ao artesanato controlado pelas guildas da indústria urbana medieval. Esta é a via realmente revolucionária. Ou então o mercador se apossa diretamente da produção. Esta via, apesar de servir historicamente de modo de transição — como por exemplo o negociante de tecido inglês do séc. XVII que controla os tecelões, ainda que estes trabalhem independentemente, vendendo-lhes a lã e comprando deles o tecido — não pode por si mesma fazer mui-

to no sentido de derrubar o antigo modo de produção, mas, ao contrário, preservá-lo e utilizá-lo como premissa".²⁹

Como é fácil de verificar, Marx nada diz sobre capitalistas emergindo das fileiras dos produtores artesanais. Naturalmente, a expressão usada por Marx – "o produtor torna-se um mercador e capitalista" – pode ter esta implicação; mas pode também querer dizer que o produtor, qualquer que fosse sua origem, *começa* como mercador e empregador de trabalho assalariado, ao mesmo tempo. Parece-me que o contexto total vem mostrar que a última interpretação é a mais razoável. A contradição que Marx apontava, creio eu, era entre o surgimento de empresas integralmente capitalistas e o desenvolvimento lento do novo sistema (*putting-out system*). Não há indicação de que ele estivesse preocupado com a emergência do produtor vindo das fileiras dos artesanais. Além disso, quando ele trata explicitamente desse problema no primeiro volume de *O Capital*, o que ele diz é completamente impossível de conciliar com a interpretação dada por Dobb à passagem acima transcrita. Escreveu ele:

A gênese do capitalista industrial não se deu da mesma maneira gradual do agricultor. Sem dúvida, muitos dirigentes das corporações e ainda maior número de pequenos artesanais independentes, ou mesmo trabalhadores assalariados, se transformaram em pequenos capitalistas, e até (pela gradual expansão da exploração do trabalho assalariado e correspondente acumulação) em capitalistas de grande vulto... A extrema lentidão desse processo não correspondia às exigências comerciais do novo mercado mundial que os grandes descobrimentos do final do séc. XV tinham criado.³⁰

São estas as observações iniciais de um capítulo intitulado "Gênese do Capitalista Industrial"; a maior parte do restante do capítulo é devotada à descrição dos métodos de comércio e pilhagem mediante os quais se acumularam grandes somas de capital a um ritmo muito mais acelerado do que o dessa "extrema lentidão". Conquanto Marx pouco diga a respeito dos métodos pelos quais essas acumulações de capital acharam o caminho para a indústria, é difícil de acreditar que ele tivesse atribuído um papel importante no processo ao produtor surgido das fileiras dos artesanais.

Se interpretarmos Marx como querendo significar que a "via realmente revolucionária" era a abertura, por parte dos que dispunham de capital, de empreendimentos integralmente capitalistas, sem passar pelos estágios intermediários da produção (isto é, o *put-*

ting-out system, a distribuição das matérias-primas aos artesãos, que as beneficiavam em suas casas), encontraremos sem dificuldade, creio eu, abundantes provas que o confirmem. Nef provou conclusivamente (naturalmente sem qualquer referência a Marx) que o que ele chama de primeira revolução industrial na Inglaterra (por volta de 1540 a 1640) se caracterizava em grande parte exatamente por esse tipo de investimento em "novas" indústrias tais como mineração, metalurgia, refinação de açúcar e de sal, fabricação de cerveja, sabão, alume e vidro.³¹ A prova de que se tratava da "via realmente revolucionária" foi fornecida pelos resultados da primeira revolução industrial da Inglaterra: a supremacia econômica sobre todas as nações rivais e a primeira revolução política burguesa.

Posso ser mais breve no estudo da segunda tese de Dobb sobre a ascensão do capitalismo, que também me parece exigir um exame crítico.

Dobb considera que o processo de acumulação original se desenvolve em duas fases bem distintas (p. 177 ss.). Em primeiro lugar, a burguesia emergente adquire a preços irrisórios (ou, nos casos mais favoráveis, a troco de nada, como no exemplo das terras da igreja no tempo de Henrique VIII) certos valores e títulos de riqueza. Nessa fase, a riqueza não apenas é transferida para a burguesia, como se concentra em menor número de mãos. Em segundo, mais tarde, vem a fase da realização. Dobb escreveu:

Não menos importante que a primeira fase do processo de acumulação foi a segunda, de concretização, na qual os objetos da acumulação original eram realizados ou vendidos (ao menos em parte) a fim de possibilitar o investimento efetivo na produção industrial – uma venda dos objetos originais da acumulação, de modo a poder, com sua renda, adquirir (ou fabricar) maquinaria para o processamento do algodão, prédios de fábricas, fundições de ferro, matérias-primas ou mão-de-obra. (p. 183)

Tanto quanto posso avaliar, Dobb não oferece qualquer prova da existência dessa fase de realização. Isso não é de surpreender, pois me parece igualmente claro não haver razões para crer que essa fase deva ter existido ou na realidade existiu. Como o próprio Dobb comprova perfeitamente, os bens adquiridos e concentrados em menor número de mãos na fase de aquisição eram de várias espécies, inclusive terras, títulos de dívidas e metais preciosos: em outras palavras, bens congelados e bens realizáveis. Reconhece, ademais, ter sido nesse período que a burguesia desenvolveu o mecanismo dos bancos e do crédito a fim de transformar seus bens congelados

29 *Capital*, III, p. 393.

30 Idem, I, p. 822.

31 Nef, J. U. *Industry and Government in France and England, 1540-1640*, Philadelphia, 1940, especialmente cap. 1 e 3.

(especialmente a dívida pública) em realizáveis. Nessas circunstâncias, é impossível compreender a razão de a burguesia ver-se compelida a vender a fim de reunir capital para investir na indústria. É impossível compreender também qual a classe que poderia comprar bens da burguesia a fim de fornecer-lhe fundos realizáveis. Isso não significa, naturalmente, que alguns burgueses individualmente não pudessem vender ou não vendessem bens a outros membros da mesma ou de outra classe a fim de adquirir outra classe à qual a burguesia, como um todo, pudesse vender bens nesse período do desenvolvimento capitalista.

Na verdade, Dobb, afora ressaltar a necessidade e a importância da fase de realização, pouca atenção lhe dá. Quando se trata de analisar os requisitos para o investimento industrial, ele mostra que o complemento necessário para a aquisição por parte da burguesia não era a realização, pela mesma, mas a ruptura do antigo sistema de produção e, especialmente, a expropriação dos bens de um número suficiente de agricultores de maneira a formarem uma classe disposta a trabalhar por salário. Isto é correto, sem dúvida, e apenas lamentamos que as reiteradas declarações feitas por Dobb a respeito da importância da fase de realização distraiam a atenção de alguns leitores do excelente tratamento que ele deu aos problemas básicos do período de acumulação original.

UMA RÉPLICA

Maurice Dobb

O artigo de Paul Sweezy sobre a transição do feudalismo para o capitalismo levanta de maneira clara e interessante várias questões importantes, cujo debate só pode trazer benefícios à compreensão do desenvolvimento histórico e do marxismo como método de estudo desse desenvolvimento. De início devo declarar que recebo de bom grado sua contribuição a este debate, como um meritório desafio a um estudo mais profundo. Concordo com muitas coisas que ele diz. Em outros pontos a nossa diferença é de ênfase e formulação. Mas noutras questões parece emergir uma diferença mais profunda sobre método e análise, e sinto então que sua interpretação das mesmas é enganadora.

Em primeiro lugar, não estou certo de que Sweezy rejeite minha definição de feudalismo ou apenas a considere incompleta. Essa definição, segundo ele, assenta na virtual identificação do feudalismo com servidão – se se entende pela última não apenas a prestação de serviços compulsórios mas a exploração do produtor mediante coação direta político-legal.¹ Se ele considera que o feudalismo assim definido cobre algo mais amplo que a forma medieval de economia europeia, para abranger grande variedade de tipos que (em qualquer estudo mais aprofundado do feudalismo) mereçam análise cuidadosa, concordo plenamente. Mas ao referir-se a um “sistema de produção” ele parece dizer algo diferente disso, pondo em contraste um sistema de produção a um modo de produção no sentido de Marx. Não vejo bem o que se pretende que seja abrangido por um sistema de produção. Mas o que segue indica a intenção de fazer incluir as relações entre o produtor e seu mercado. Insinua-se, até, que essas relações de troca (em contraste com as relações de

1 Para Sweezy esta ampliação do sentido do termo não satisfaz, pois é possível encontrar elementos de coação direta político-legal sobre o trabalho em períodos da história muito separados entre si, inclusive nos tempos modernos. Onde tais elementos predominam, eles, segundo essa definição, tornariam feudal a forma de economia em questão; mas se forem tão-somente incidentais e subordinados, sua presença não seria suficiente para tal caracterização, do mesmo modo como a existência incidental de trabalho assalariado não basta para tornar capitalista uma determinada sociedade. Na maioria dos casos “incongruentes” que Sweezy tem em mente o trabalho obrigatório é puramente incidental, e não típico.

produção) constituem o foco de atenção na interpretação feita por Sweezy do processo histórico. (Para ele, "a característica crucial do feudalismo", por exemplo, é "ser um sistema de produção para uso".)

Se assim é, acredito haver uma diferença fundamental entre nós. A definição que usei nos meus *Studies* cobria deliberadamente os termos das relações de produção características do feudalismo, a saber, as relações entre o produtor direto e seu suserano. A relação de coação, que consistia na extração direta do trabalho excedente dos produtores pela classe dominante, sem dúvida condicionava-se a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Os métodos de produção eram relativamente primitivos, e (ao menos no que respeitava à própria subsistência do produtor) eram do tipo a que Marx se referia como "pequeno modo de produção", no qual o produtor possui os meios de produção, na qualidade de unidade produtora individual. Esta é para mim a característica crucial, e quando diferentes formas econômicas possuem este traço em comum ele é de maior significado do que outros nos quais elas possam diferir (p. ex., na relação entre a produção e o mercado). Admito que esta relação de produção seja em si mesma capaz de considerável variação, de acordo com a forma que assume a extração obrigatória do produto excedente: seja prestação direta de serviços ou apropriação de tributos em espécie ou dinheiro.² Todavia, a distinção entre elas não corresponde à que existia entre o "feudalismo da Europa ocidental" – sobre a qual, segundo Sweezy, eu deveria ter-me concentrado em separado – e o feudalismo na Europa oriental (ainda que no feudalismo asiático a relação tributária pareça ter predominado, caracterizando-o). Apesar de ter havido, indubitavelmente, importantes diferenças entre as condições na Europa ocidental e na oriental, havia também extraordinárias semelhanças no que diz respeito à "forma pela qual era extraído trabalho excedente não remunerado dos produtores diretos"; e acredito que o desejo de representar "o feudalismo da Europa ocidental" como um *genus*

2 Ver a análise de Marx de "Labor rent, rent in kind and money rent" ("Renda em trabalho, renda em espécie e renda em dinheiro"), *Capital* III. Chamaria especial atenção para a passagem em que Marx, tratando deste assunto, diz o seguinte: "A forma econômica específica na qual o trabalho excedente não pago é apropriado dos produtores diretos determina a relação entre dominadores e dominados, pois resulta diretamente da própria produção e reage sobre ela como um elemento determinante... É sempre a relação direta dos donos dos meios de produção com os produtores diretos que revela o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social... A forma desta relação entre dominadores e dominados naturalmente sempre corresponde a um estágio definido do desenvolvimento dos métodos de trabalho e de sua força social produtiva. Isso não impede que a mesma base econômica mostre infinitas variações e gradações de aparência, embora suas condições principais sejam as mesmas em toda parte", *Capital*, III, p. 919.

distinto e de atribuir tão-somente a ele o título de "feudal" é produto de historiadores burgueses e de sua tendência a concentrar-se sobre características e *diferentia* jurídicas.

Quanto ao "caráter conservador e imobilista do feudalismo europeu ocidental", que exigiu alguma força externa para ser desalojado, e que me acusam de haver negligenciado, me mantenho um tanto cético. É certo, naturalmente, que em contraste com a economia capitalista a sociedade feudal era extremamente estável e inerte. Mas isto não quer dizer que o feudalismo não tivesse no seu interior nenhuma tendência para a mudança. Afirmá-lo seria fazer dele uma exceção à lei geral marxista do desenvolvimento, segundo a qual a sociedade econômica se move por suas próprias contradições internas. Na verdade, o período feudal testemunhou consideráveis mudanças técnicas;³ os últimos séculos do feudalismo mostraram diferenças marcantes em relação aos primeiros. Além disso, parece que devemos olhar para a Europa oriental, e não a ocidental, para encontrarmos as formas mais estáveis, em particular, para as formas asiáticas de servidão tributária. Note-se que foi à forma pela qual o trabalho excedente é apropriado *mediante* tributos em espécie – e a esta forma especificamente – que Marx se referiu como sendo "bastante adequada para tornar-se a base das condições sociais estacionárias; tais como as que vemos na Ásia".⁴

Sweezy matiza a sua declaração dizendo que o sistema feudal não é necessariamente estático. Tudo o que afirma é que os movimentos que ocorrem "não tendem a transformá-lo". No entanto, a despeito dessa sutileza, continua implícito que sob o feudalismo a luta de classes não pode desempenhar qualquer papel revolucionário. Ocorre-me que talvez haja uma confusão na raiz de sua negatividade de tendências revolucionárias e transformadoras. Ninguém está sugerindo que a luta de classes dos camponeses contra os senhores deu origem, de maneira simples e direta, ao capitalismo. O que ela fez foi modificar a dependência do pequeno modo de produção em relação à suserania feudal e, com o tempo, libertar o pequeno produtor da exploração feudal. Foi, portanto, do pequeno modo de produção (na medida em que ele assegura independência de ação, e em que a diferenciação social, por sua vez, se desenvolve no seu interior) que o capitalismo nasceu. Este é um ponto fundamental, ao qual voltaremos.

Ao defender sua própria tese de que um feudalismo internamente estável só poderia desintegrar-se pelo impacto de uma força externa – comércio e mercados – Sweezy apresenta como sendo

3 Gibbs, Molly, *Feudal order*, London, 1949, p. 5-7, 92ss.

4 *Capital*, III, p. 924.

5 Sua referência a "desenvolvimentos históricos que, de fato, só podem explicar-se como resultantes de causas externas ao sistema" não deixa dúvida de que este é seu ponto de vista.

minha a opinião de que o declínio do feudalismo deveu-se *unicamente* à ação de forças internas, e que o crescimento do comércio nada teve a ver com o processo. Parece entender que se tratou de uma questão *ou* de conflito interno *ou* de forças externas. Isto me parece uma concepção demasiado simplificada, até mesmo mecânica. Para mim houve uma *interação* dos dois, ainda que a ênfase, na verdade, recaia sobre as contradições internas; pois essas, acreditamos, operaram em todos os casos (ainda que em épocas bastante diferentes), e tendo em vista que eles determinaram a forma e a direção particulares dos efeitos provocados pelas influências externas. Absolutamente, não nego que o crescimento das cidades mercantis e do comércio desempenharam importante papel na aceleração da desintegração do antigo modo de produção. O que afirmo é que o comércio exerceu sua influência na medida em que acentuou os conflitos internos no antigo modo de produção. Por exemplo, o crescimento do comércio (como indiquei em vários lugares, nos meus *Studies*, p. ex., p. 60-2 e 253 ss.) acelerou o processo de diferenciação social no pequeno modo de produção, criando a classe dos *kulaks*, por um lado, e um semiproletariado, por outro. Ainda, como Sweezy enfatiza, as cidades atraíram os servos fugitivos. Não me preocupa discutir se esta fuga de servos deveu-se mais à atração desses ínsuas urbanos (e, em algumas partes da Europa, ao engodo da terra livre) ou à força de repulsão exercida pela exploração feudal. Evidentemente ambas as forças agiram, com pesos diferentes, em diferentes locais e épocas. O efeito específico dessa fuga, porém, deveu-se ao caráter específico da relação entre servo e explorador feudal.⁶

Não concordo, portanto, que me veja obrigado a "mostrar que tanto a crescente necessidade de receitas por parte da classe feudal dominante como a fuga dos servos da terra podem ser explicadas em termos de forças que operavam dentro do sistema feudal", ou "que a ascensão das cidades foi um processo interno ao sistema feudal" (ainda que, até certo ponto, acredite ser verdadeiro este último ponto, e que, precisamente porque o feudalismo estava longe de ser uma "economia natural" apenas, ele incentivava as cidades a cuidar de sua necessidade de comércio a longa distância). Ao mesmo tempo, acho que Sweezy se equivocou ao afirmar que existe uma correlação necessária entre a desintegração feudal e a "proximidade dos centros de comércio". Nos *Studies* citei várias provas que refutam a opinião simplista que tem sido popularizada pelos vulgariza-

6 Aliás, concordo inteiramente com a importante observação enfatizada por Sweezy de que não foi tanto a magnitude da fuga para as cidades que foi significativa, mas o fato de que a ameaça da mesma (acompanhada, talvez, de não mais que um pequeno movimento) bastou para forçar os senhores a fazer concessões, que enfraqueceram seriamente o feudalismo.

dores da "economia monetária". Repetirei aqui apenas duas delas. Foi precisamente no Norte e Oeste atrasados da Inglaterra que a servidão sob a forma de prestação direta de trabalho desapareceu primeiro, enquanto no Sudeste mais adiantado, com seus mercados urbanos e vias de comércio, a prestação de serviços persistiu teimosamente. Do mesmo modo, em muitas partes da Europa oriental, a intensificação da servidão nos séculos XV e XVI foi acompanhada pelo crescimento do comércio, e a correlação não se estabeleceu entre a proximidade dos mercados e a desintegração feudal (como afirma Sweezy), mas entre a proximidade dos mercados e o fortalecimento da servidão (cf. *Studies*, p. 38-42). Esses fatos são mencionados por Sweezy, o que não o impede de afirmar ter sido apenas "na periferia da economia de troca" que as relações feudais foram uma garantia contra a dissolução.

O fato de que "o sistema de produção" sobre o qual Sweezy concentra sua atenção diz mais respeito à esfera de troca do que às relações de produção é revelado por uma omissão deveras surpreendente no seu estudo. Em parte alguma ele presta uma atenção mais do que superficial àquela que me parece ser a questão crucial: a transição da apropriação coercitiva do trabalho excedente pelos proprietários para o uso de trabalho assalariado livre deve ter dependido da existência de oferta de trabalho barato (i. e., de elementos proletários ou semiproletários). Para mim este foi um fator mais importante do que a proximidade dos mercados na determinação da sobrevivência ou dissolução das antigas relações sociais. É claro que houve interação entre este fator e o crescimento do comércio: em especial (como já mencionei), o efeito deste último sobre o processo da diferenciação social no interior do pequeno modo de produção. Este fator, todavia, certamente deve ter desempenhado um papel decisivo na determinação do efeito exato que o comércio exerceu em diferentes lugares e em diferentes períodos? Possivelmente Sweezy não acentuou este fator porque o considera óbvio demais; ou talvez porque considere o arrendamento de terras por dinheiro como o sucessor imediato da prestação de serviços. Esta última consideração nos leva à questão: "O que sucedeu ao feudalismo na Europa?"

Concordo inteiramente com Sweezy em considerar a sociedade econômica na Europa ocidental entre o séc. XIV e o final do séc. XVI como complexa e transitória, no sentido de que as formas econômicas antigas estavam em processo de rápida desintegração enquanto as novas apareciam, simultaneamente. Concordo também com ele em que durante esse período o pequeno modo de produção estava em vias de emancipar-se da exploração feudal, mas ainda não estava sujeito (pelo menos em grau significativo) às relações capitalistas de produção que acabaram por destruí-lo. Além disso, considero que reconhecer esse fato é vital para a perfeita compreensão

são da passagem do feudalismo para o capitalismo. Mas Sweezy vai mais longe. Refere-se a ele como sendo transitório num sentido que exclui a possibilidade de ainda ser feudal (mesmo uma economia feudal em avançado estado de dissolução). Isso me parecia válido apenas se se quisesse falar do mesmo como um modo de produção *sui generis*, nem feudal nem capitalista. Para mim, trata-se de um procedimento incabível: e Sweezy concorda em não desejar ir tão longe. Afinal, portanto, esses dois séculos aparecem inconfundivelmente suspensos no firmamento, entre o céu e a terra. No processo do desenvolvimento histórico eles têm de ser classificados como híbridos sem lar. Este tipo de solução pode ser aceitável numa visão puramente evolucionária do desenvolvimento histórico através de sistemas ou estágios sucessivos, mas me parece que não tem lugar numa interpretação revolucionária do desenvolvimento histórico – visto como uma sucessão de sistemas de classe, sendo a revolução social (no sentido da transferência do poder de uma classe para outra) o mecanismo determinante da transformação histórica.

A pergunta-chave que aparentemente Sweezy não conseguiu fazer (ou se fez parece ter escondido a resposta) é a seguinte: qual era a classe dominante nesse período? Como ainda não havia uma produção capitalista desenvolvida (e o próprio Sweezy o reconhece), não poderia ser a classe capitalista. Se alguém responder que era algo intermediário entre feudal e capitalista, sob a forma de uma burguesia que ainda não investira seu capital no desenvolvimento de um modo de produção burguês, estaremos então atolados no “capitalismo mercantil” de Pokrovsky. Se uma burguesia mercantil constituía a classe dominante, então o estado deve ter sido algum tipo de estado burguês. E se o estado já era burguês, não já no séc. XVI porém ainda no começo do séc. XV, qual foi a questão fundamental da guerra civil do séc. XVII? Não pode ter sido (deste ponto de vista) a revolução burguesa. Restam-nos hipóteses como a que foi proposta num debate preliminar sobre a questão há alguns anos: foi uma luta contrária a uma tentativa de *contra-revolução* tramada pela Coroa e a Corte em oposição a um poder estatal burguês *já existente*.⁷ Além disso, nos defrontamos com a alternativa de negar que já houve um momento histórico decisivo que pode ser caracterizado como revolução burguesa, ou então de procurar esta revolução num século anterior, nos albores da era dos Tudor ou antes dela.

Esta questão tem ocupado grande parte dos debates entre os historiadores marxistas na Inglaterra nos últimos anos. O problema mais amplo da natureza dos estados absolutistas dessa época foi

7. P. F., no decorrer de um debate sobre o folheto de Christopher Hill, *The English Revolution 1640*, no *Labour monthly* (1941).

também tema de debates entre historiadores soviéticos pouco antes da guerra. Se rejeitarmos as alternativas que acabamos de mencionar, nos resta aceitar (corretamente, a meu ver) que a classe dominante era ainda feudal, e que aquele estado constituía ainda o instrumento político de seu poder. Se assim for, então essa classe dominante teria de depender, para sua renda, de remanescentes métodos *feudais* de exploração do pequeno modo de produção. Verdadeiramente, se o comércio já ocupava um lugar preponderante na economia, a própria classe dominante tinha interesse pelo comércio (tal como o tinham tido muitos mosteiros medievais no apogeu do feudalismo), e estabelecia com certos setores da burguesia mercantil (especialmente os mercadores exportadores) uma parceria econômica e uma aliança política (donde se originaram muitas figuras da “nova aristocracia dos Tudor”). Portanto, esta forma tardia e decadente da exploração feudal do período de poder estatal centralizado apresentava muitas diferenças em relação à exploração feudal dos séculos anteriores; é de admitir-se que em muitos pontos começara a esgarçar-se o “revestimento” feudal. É certo, também, que a exploração feudal do pequeno modo de produção raramente assumia a forma clássica de prestação direta de serviços, tomando em geral a forma de renda em dinheiro. Todavia, enquanto as restrições políticas e as pressões do costume senhorial ainda dominavam as relações econômicas (como continuava a ser o caso em amplas regiões rurais inglesas), e não havia o mercado livre de terras (nem mobilidade de trabalho livre), não se podia dizer que a forma desta exploração já não apresentava características feudais – muito embora degradadas e em rápida desintegração.

A este respeito, desejo chamar atenção para o fato de que, na passagem sobre renda em dinheiro (*O Capital*, III, cap. 47), citada por Sweezy, Marx ainda não se refere ao foro capitalista, na qual o agricultor, na qualidade de arrendatário independente, paga uma renda contratual, mas ainda (por implicação manifesta) fala de uma forma de renda *feudal*, embora sob uma forma em desintegração (“renda-dinheiro, forma convertida de renda em espécie, oposta a esta, foi a *última modalidade* e *ao mesmo tempo*, a *forma de desintegração* do tipo de foro que consideramos até aqui...”). Anteriormente, na mesma seção, Marx diz: “A base dessa renda permanece a mesma da renda em espécie, de onde se origina. O produtor direto é ainda o possuidor da terra... e ele tem de fornecer ao seu terratenente... trabalho excedente obrigatório... e esse trabalho excedente obrigatório é agora pago em dinheiro obtido da venda do produto excedente” (p. 926).

Tentarei ser breve a respeito dos dois pontos finais da crítica de Sweezy. Creio haver abundantes provas do papel preponderante desempenhado no alvorecer do capitalismo pelos capitalistas gera-

dos pelo pequeno modo de produção, "seja qual for a interpretação dada à passagem decisiva da abordagem de Marx (e continuo pensando que ela justifica a interpretação que em geral lhe é dada). Citei algumas dessas provas nos *Studies* (cap. 4). Sem dúvida é um ponto que merece maiores pesquisas. Mas a importância da pequena e média burguesia ascendente desse período já foi demonstrada por Tawney, por exemplo. Acumulam-se as provas de que dificilmente se pode superestimar o significado da ação do *kulak* na aldeia. Há sinais dele desde data bastante remota, contratando o trabalho do agregado mais pobre e, no séc. XVI, experimentando novos e melhores métodos de agricultura numa escala bastante extensa. Recentemente historiadores desse período ressaltaram como característica do desenvolvimento inglês na época dos Tudor a facilidade com a qual esses agricultores *kulaks* subiram para a pequena nobreza, comprando senhorias e engrossando as fileiras dos nobres rurais. É possível (como aventa Kosminsky) que tenham desempenhado um papel importante até mesmo na Revolta Camponesa de 1381. Sem dúvida prosperaram enormemente (como empresários de trabalho) com a queda dos salários reais na inflação da época Tudor; foram a pequena nobreza e os *kulaks* em ascensão os organizadores da indústria têxtil rural em larga escala. É evidente que constituíram uma força motriz das mais importantes na revolução burguesa do séc. XVII, fornecendo, especialmente, os recursos para o New Model Army de Cromwell. Isso fornece, a meu ver, a chave para a compreensão dos alinhamentos de classe da revolução burguesa: em particular, a razão pela qual o capital mercantil, longe de desempenhar sempre um papel progressista, era frequentemente aliado à reação feudal.

De maneira semelhante, nas guildas artesanais urbanas havia muitos empresários parecidos que se dedicaram ao comércio e empregaram artesãos mais pobres no sistema *putting-out*. Aventurei a hipótese (que, se não me engano, se deve a Unwin) de que esses fatos eram responsáveis pelos movimentos observados nas guildas no final do séc. XVI e começo do séc. XVII: em particular, pela ascensão das novas corporações Stuartianas. Tanto quanto se pode ver, foram elas (e certamente foram os mercadores de têxteis rurais) o forte apoio da revolução inglesa, e não os ricos privilegiados, como os referidos por Nef, muitos dos quais eram realistas pois ainda dependiam de privilégios obtidos graças à influência na corte. Não posso compreender como se possa negar a importância desta linha de evolução para o surgimento do primeiro estágio do capitalismo

8. A minha passagem citada por Sweezy, referente às "poucas provas diretas", diz respeito aos "detalhes do processo" e não à existência desse tipo de capitalista ou do papel por ele desempenhado.

anterior à revolução industrial.⁹ Mesmo na época da revolução industrial, muitos dos novos empresários tinham começado como pequenos "manufatureiros-mercadores" do sistema *putting-out*. Na verdade, já era diferente em algumas indústrias (p. ex., do ferro, cobre e latão), que necessitavam de maiores capitais. Condições técnicas, porém, determinavam se o pequeno capitalista, saído das fileiras dos artesãos, poderia ou não tornar-se um pioneiro do novo modo de produção; enquanto não ocorreram as mudanças técnicas associadas com a revolução industrial (*algumas* das quais, é verdade, já se vinham processando dois séculos antes de 1800), o pequeno capitalista ainda podia desempenhar um papel de destaque.

Quanto à chamada "fase de realização" do processo de acumulação, devo reconhecer que Sweezy tocou num ponto fraco do estudo, sobre o qual eu mesmo tenho dúvidas, e admito serem incompletas as provas. A existência ou não dessa fase não invalida minha principal afirmativa, pois a *expropriação* de outrem é que constitui a essência do processo de acumulação, e não a mera aquisição de categorias especiais de bens pelos capitalistas. Não nego, todavia, que tivesse importância o aspecto do enriquecimento burguês, caso em que a distinção das "duas fases" tem certa valia, a meu ver. Este tópico merece maiores estudos marxistas, e continuo a pensar que a hipótese da "segunda fase" corresponde a algo de concreto.

Concordo que não era o caso da burguesia converter bens, previamente acumulados, para, alguma *nova classe*. Não havia necessidade, realmente, de fazê-lo *como uma classe*, pois, uma vez criado o proletariado, o único "custo" para a burguesia como um todo na produção capitalista era a subsistência que tinha de proporcionar aos trabalhadores (sob a forma de salários), fato do qual estavam bem conscientes os economistas clássicos. A propriedade de terra e de imóveis rurais, em si, não os ajudava a proporcionar tal subsistência. Mesmo que pudessem ter vendido esses bens a terceiros, isso não teria necessariamente — exceto no caso do comércio exterior — aumentado o fundo de subsistência da sociedade capitalista no seu conjunto. Mas o que é válido para a classe como um todo talvez

9 Sweezy cita a observação de Marx de que essa evolução se deu em marcha extremamente lenta comparada com as plenas possibilidades de expansão. O mesmo ocorreu, contudo, com o desenvolvimento do capitalismo (em relação ao desenvolvimento posterior) no período da "primeira infância da produção capitalista" de que Marx fala aqui. Certamente, foi devido a isso que a transformação pôde completar-se apenas depois de a nova burguesia conquistar poder político e (como diz Marx mais adiante no mesmo capítulo) começar a "empregar o poder do Estado... para sazonalizar, como numa estufa, o processo da transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, e para abreviar a transição". Então, e somente então, a marcha extremamente lenta do desenvolvimento inicial pôde ser acelerada e preparado o terreno para o rápido crescimento da revolução industrial.